

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	1
Título: Um quarto das usinas do País pode fechar as portas	1
Título: Setor aguarda ajuda do governo.....	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Fórmula de Bolsonaro para ministérios amplia fratura entre alas do governo.....	4
Título: Governo vai aumentar em R\$ 0,20 tributo sobre gasolina, afirma deputado.....	11
VEÍCULO: O Globo	12
Título: Presidente, assumo sua irresponsabilidade.....	12
Título: A palavra do 'rei'	14

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/05/2020

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzza

Título: Um quarto das usinas do País pode fechar as portas

Setor sucroalcooleiro é afetado por queda na demanda e baixa nos preços do etanol; 104 unidades estão em recuperação judicial

Um quarto das usinas de açúcar e álcool em operação no País corre o risco de fechar as portas até o fim do ano por causa da crise do coronavírus, segundo especialistas ouvidos pelo 'Estadão'. Sem capital de giro para pagar as contas de curto prazo, parte dessas empresas tem sido abatida pela forte queda de demanda pelo combustível. O caso foi ainda mais agravado pelo derretimento do preço do petróleo – a cotação do etanol tem como referência a gasolina. “São dois choques. A principal é a queda do consumo e, depois, a de preços”, diz Plínio Nastari, sócio da consultoria Datagro.

Com cerca de 350 usinas sucroalcooleiras em operação no País, o setor viu as cotações do álcool recuarem de R\$ 2 para R\$ 1,30 o litro (valor líquido) e a demanda cair mais do que 50%, diz União da Indústria da Cana-de-açúcar (Única). Grupos mais capitalizados têm fôlego para armazenar sua produção de etanol e até mudar o mix da indústria, passando a produzir mais açúcar, para passar o momento mais agudo da crise.

Mas este não é o caso de quase uma centena de unidades produtoras, que não têm condições de estocar etanol – e acabam vendendo a baixos preços – e também não apresentam saúde financeira para aguentar os próximos meses. “Um quarto das empresas do setor vai passar por muita pressão para garantir sua sobrevivência”, avalia Pedro Fernandes, diretor de agronegócios do Itaú BBA.

Na região Centro-Sul (Centro- Oeste, Sudeste e Sul), que concentra a maior parte da produção do País, a moagem de cana teve início em abril. Contudo, já há dúvidas se muitas empresas vão ter fôlego para continuar. Há duas semanas, o grupo Adecoagro, que tem três usinas – duas no Mato Grosso do Sul e uma Minas Gerais –, divulgou um comunicado a seus colaboradores informando que iria suspender os contratos de parte deles sul-matogrossense.

A situação fica ainda mais delicada para usinas que só possuem destilarias. Das 267 unidades produtoras do Centro-Sul, 80 usinas só produzem etanol. Do total de cana colhida no País em 2019/20, cerca de 35% foram para a produção de açúcar, explicou Antônio de Padua Rodrigues, diretor da Unica. Neste ano, a fatia poderá chegar a 45%. Com receita de cerca de R\$ 100 bilhões, o setor sucroalcooleiro conseguiu reduzir nos últimos anos seu endividamento – hoje está em torno de R\$ 90 bilhões.

Um grupo grande de usinas acumula a maior parte dessas dívidas. No Brasil, há 104 unidades produtoras em recuperação judicial, das quais 81 no Centro- Sul, segundo a Única. Desde 2005, 95 usinas foram fechadas na região. Com as

incertezas provocadas pela pandemia, boa parte das empresas que já estão em dificuldades financeiras vai para o mesmo caminho.

Reversão do otimismo. Até fevereiro deste ano, o setor tinha um cenário positivo pela frente: os preços de açúcar e etanol estavam competitivos. As usinas mais capitalizadas já tinham travado as cotações do açúcar (hedge) e a demanda pelo combustível estava firme. “Os preços do açúcar estavam em 15 centavos de dólar por libra-peso em fevereiro, ante uma média de 12 centavos no ano passado. Hoje, a cotação está abaixo de 10 centavos”, diz Nastari.

Empresas com maior capacidade de estocagem, casos da Raízen (joint venture entre Cosan e Shell) e São Martinho, por exemplo, estão conseguindo segurar sua produção de etanol para voltar a vender quando a demanda retomar. Ao Estadão, o presidente da Raízen, Ricardo Mussa, afirmou que a companhia sempre teve muita disciplina na gestão de risco e o fato de o grupo ser integrado – a Raízen também é distribuidora de combustíveis –, ajuda nesta atual crise. “Neste momento, fica clara a importância de fazer a fixação de preços da commodity, não só açúcar, como também do etanol.”

Segundo Fábio Venturelli, presidente do grupo São Martinho, a companhia fixou os preços do açúcar quando estavam cotados entre 14 e 15 centavos por libra-peso. “O grupo também tem uma capacidade de armazenar 70% de sua produção.”

Sem consolidação. Diferentemente do movimento de consolidação que o setor viveu entre 2003 e 2010, as grandes companhias não deverão incorporar empresas em dificuldade, afirmou Fernandes, do Itaú BBA. “Não vemos uma nova onda de fusões e aquisições. Podemos ver áreas agrícolas de usinas sendo adquiridas.”

Para um especialista do setor, o fechamento de unidades deficitárias por conta da crise deverá ser benéfico para o setor no longo prazo, com o reequilíbrio da oferta da matéria-prima no País. A produtividade poderá se elevar sem a expansão da área plantada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/05/2020

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Setor aguarda ajuda do governo

O setor sucroalcooleiro está aguardando definição de um pacote de ajudas às usinas para enfrentar a crise provocada pela pandemia de coronavírus. Além de uma linha de financiamento para estocagem de etanol, as usinas estão solicitando ao governo o aumento da Cide, tributo cobrado sobre a gasolina

vendida, para R\$ 0,40 o litro (hoje, o valor é de R\$ 0,10), além da suspensão temporária da cobrança de PIS e Cofins sobre o etanol hidratado, que é de R\$ 0,24 por litro. A expectativa era de que medidas fossem anunciadas ainda na semana passada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/05/2020

Seção: Poder

Autor: Bruno Boghossian

Título: Fórmula de Bolsonaro para ministérios amplia fratura entre alas do governo

Demissão de Moro revela exaustão do método adotado pelo presidente para formar sua equipe

Brasília - Há pouco mais de um mês, Jair Bolsonaro se queixou do tratamento que recebe quando algum ministro é elogiado. O presidente comparou o governo a um time de futebol e disse merecer crédito pela escolha dos jogadores. “Se o time está ganhando, vamos fazer justiça, vamos elogiar o seu técnico. E o seu técnico se chama Jair Bolsonaro”, afirmou.

Embora o presidente goste de fazer propaganda da escalação de sua equipe, o primeiro escalão do governo foi marcado até aqui por uma série de choques internos —tanto entre os grupos aninhados no poder quanto entre os ministros e o próprio chefe.

Nos 16 meses de mandato de Bolsonaro, a fratura da equipe entre diferentes alas se aprofundou, o presidente entrou em embate público com diversos subordinados, e 7 dos 21 ministros que tomaram posse em janeiro de 2019 deixaram seus cargos.

O comportamento de Bolsonaro faz com que o jogo de forças dentro do governo se tome uma batalha diária por influência. Sem direcionamento claro do presidente sobre as ações da máquina estatal, os ministérios passaram a atuar em caminhos divergentes. Quando o chefe é chamado para arbitrar, o confronto já está instalado.

O lançamento do programa de investimentos públicos para reativar a economia após a crise do coronavírus é um dos símbolos dessa desarrumação.

O plano Pró-Brasil foi gestado pelos ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional. Recebeu o patrocínio da chamada ala militar do governo ao ser abraçado pelo chefe da Casa Civil, o general Walter Braga Netto.

O pacote de obras foi anunciado numa entrevista coletiva transmitida ao vivo pela TV oficial do governo no dia 22, sem a participação do ministro Paulo Guedes. O chefe da equipe econômica era contra o plano, que amplia as despesas do governo, e precisou bombardeá-lo por quase uma semana até que Bolsonaro ordenasse o congelamento do programa.

O tumulto observado nesse episódio tomou pública a oposição entre Guedes e o grupo fardado.

Braga Netto, que ganhou assento no Palácio do Planalto para resolver a falta de coordenação das ações do governo, reproduz uma visão enraizada na doutrina militar que enxerga o Estado como indutor de atividades estratégicas da economia.

Paulo Guedes, um ultraliberal convicto, demonstrou que despreza movimentos dessa natureza mesmo em tempos de crise.

Bolsonaro chegou atrasado ao embate, quando investidores e empresários enxergavam um enfraquecimento tão grande de Paulo Guedes que já apostavam em sua substituição. O presidente precisou sair do Palácio da Alvorada ao lado do ministro da Economia na segunda-feira (27) para reafirmar seu apoio ao subordinado.

Guedes balança porque o próprio chefe está mais próximo do receituário militar do que da agenda liberal.

Quando Bolsonaro vetou

a ideia do ministro de recriar a CPMF ou quando procurou diretamente o presidente da Petrobras para cobrar a redução do preço da gasolina, o comandante da equipe econômica precisou baixar a cabeça.

A fórmula adotada por Bolsonaro para montar sua equipe estimula essa formação de núcleos desordenados. O presidente deu poder a grupos com pensamentos opostos, que passaram lançar ataques contra os integrantes da própria Esplanada dos Ministérios.

A tensão permanente entre os militares e a chamada ala ideológica do Planalto é uma das principais marcas dessa discórdia. Os dois lados disputam influência sobre as decisões de Bolsonaro desde os primeiros meses de governo e chegaram a protagonizar confrontos ferozes.

Sob a bênção dos filhos do presidente e do escritor Olavo de Carvalho, ideólogo do bolsonarismo, o segundo grupo defende uma pauta ultraconservadora e a exploração de recursos públicos e da máquina estatal numa guerra contra seus

adversários políticos. Parte dos militares atua para conter os danos dessa agenda.

Os generais precisaram entrar em campo, por exemplo, para adiar a tentativa de Bolsonaro de transferir a embaixada do Brasil em Israel de Tel Aviv para Jerusalém.

Defendida pela ala ideológica, a medida seria um aceno a grupos evangélicos, que se tomaram uma peça relevante da base política de Bolsonaro desde a eleição. Os militares, porém, apontaram que a mudança provocaria uma retaliação comercial dos países árabes. O presidente topou esperar.

Vendo-se cercados, os olavistas fazem uma campanha intermitente contra os generais. O vice-presidente, o general Hamilton Mourão, costuma ser apontado como um conspirador que trama a derrubada de Bolsonaro.

Ainda no primeiro ano de mandato, a ala ideológica comandou um ataque ao general Santos Cruz, então ministro da Secretaria de Governo. O grupo queria expandir sua influência sobre a política de comunicação do Planalto e conseguiu forçar sua demissão.

Jair Bolsonaro nunca deixou claro qual é o peso exato de cada um desses grupos. O presidente ampliou o espaço dos generais no centro do poder, incluindo a militarização da Casa Civil, mas também costuma exaltar publicamente integrantes do núcleo ideológico.

Já o pedido de demissão de Sergio Moro, além de fazer explodir a acusação de que o presidente tenta blindar filhos e aliados, revela outro sinal de exaustão do método adotado por Bolsonaro para formar sua equipe.

Quando convidou o juiz-símbolo da Lava Jato para o Ministério da Justiça, o então presidente eleito ofereceu mais do que estava disposto a entregar. Prometeu carta branca ao novo auxiliar, mas passou a drenar o poder do subordinado a ponto de anunciar a secretários estaduais, no início deste ano, que estudava retirar do ministro as ações do governo federal na área da segurança pública.

Bolsonaro só prometeu autonomia a Sergio Moro porque estava ansioso para tomar emprestado o lustro do ex-juiz, mas não demorou a deixar claro que seus contratos trazem letras miúdas e submetem os auxiliares a seus interesses individuais e vontades políticas.

Quem é quem no pronunciamento de Jair Bolsonaro no último dia 24

1 Abraham Weintraub

ministro da Educação

Integrante do núcleo ideológico do governo, é um dos principais defensores do presidente nas redes sociais. Apesar de contar com respaldo, acumula tropeços e polêmicas à frente da pasta. Isolado, é sempre cotado a ser demitido às vésperas de reformas ministeriais

2 Tereza Cristina

ministra da Agricultura

Elogiada pelo setor agropecuário, tem papel importante na resolução de impasses diplomáticos criados pelo presidente, seja com a China seja com a Liga Árabe. Filiada ao DEM, passou a ser alvo de ataques do núcleo ideológico, mas tem recebido apoio de Bolsonaro para seguir no cargo

3 Wagner Rosário

ministro da CGU

Mantido da gestão Temer, foi indicado ao cargo pelo também ministro Jorge Oliveira (Secretaria-Geral) e chegou a ser cogitado para o lugar de Sergio Moro. É ligado à cúpula militar e, apesar de manter boa relação com o presidente, não faz parte de seu núcleo de amizade

4 Walter Braga Netto

ministro da Casa Civil

Homem forte da atual gestão e um dos principais conselheiros do presidente, é sempre escalado para apagar os incêndios do governo. Atuou como mediador da crise entre Bolsonaro e Moro na tentativa de um acordo que evitasse a saída do ex-ministro da Justiça, mas acabou derrotado

5 Luiz Eduardo Ramos

ministro da Secretaria de Governo

Ao lado de Braga Netto, passou a ser uma das raras vozes que o presidente leva em consideração em momentos de dificuldade. Também tentou assegurar, sem sucesso, a permanência de Moro. Apesar do prestígio junto a Bolsonaro, sua atuação como articulador político é reprovada pelo Legislativo

6 Hamilton Mourão

vice-presidente

No primeiro ano de mandato manteve uma relação conturbada com o presidente, de idas e vindas. Lamentou a saída de Moro da Justiça e, com o agravamento da crise, passou a ser defendido por deputados e senadores como uma autoridade mais sensata que Bolsonaro para gerir o país

7 Bento Albuquerque

ministro de Minas e Energia

Almirante de esquadra, vem perdendo apoio junto ao presidente.

As principais queixas são a resistência em nomeações políticas e a lentidão em viabilizar projetos. Como saída honrosa, Bolsonaro avalia indicá-lo em maio a uma vaga no STM (Superior Tribunal Militar)

8 Jorge Oliveira

ministro da Secretaria-Geral

Major da reserva, é o único ministro que faz parte do círculo de amizade do presidente.

Era o nome desejado para substituir Moro; Bolsonaro chegou a comunicá-lo da decisão de transferi-lo, mas recuou ao não ter encontrado nome de confiança para a SAJ (Subchefia para Assuntos Jurídicos)

9 Tarcísio Freitas

ministro da Infraestrutura

Discreto, o chamado "ministro modelo" tem garantido sua sobrevivência ao se manter alheio aos embates políticos e apresentado resultados satisfatórios na pasta. Seu perfil conciliador o transformou em uma espécie de conselheiro informal do presidente para assuntos econômicos

10 Fabiano Guimarães

Tradutor de Libras da Presidência da República

11 Ernesto Araújo

ministro das Relações Exteriores

Indicado ao cargo pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), também faz parte do núcleo ideológico.

O presidente já afirmou mais de uma vez que pode retirá-lo da função, mas até agora não tomou uma decisão. Sua atuação costuma ser alinhada às opiniões do filho do presidente

12 Nelson Teich

ministro da Saúde

Com perfil técnico, chegou ao governo em meio à pandemia do coronavírus, após a demissão de Luiz Henrique Mandetta. Para evitar que também entre em choque com Bolsonaro, tem sido tutelado pela ala militar e, até aqui, adotado discurso alinhado ao do presidente, a favor da retomada gradual da atividade econômica

13 Onyx Lorenzoni

ministro da Cidadania

Aliado de primeira hora do presidente, foi perdendo prestígio por erros de gestão e tropeços na articulação política, o que o levou a ser substituído da chefia da Casa Civil. Foi um dos principais defensores da nomeação de Moro na Justiça, mas pouco fez para impedir sua saída

14 Damare Alves

ministra dos Direitos Humanos

Com respaldo da bancada evangélica, tornou-se um dos nomes mais populares da Esplanada dos Ministérios. Evita entrar em embates políticos, não critica as posturas do presidente e tornou-se amiga da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, o que tem assegurado sua permanência no posto

15 André Mendonça

ministro da Justiça

Pastor

presbiteriano, vinha

desagradando Bolsonaro por acumular derrotas jurídicas à frente da AGU (Advocacia-Geral da União). Com o dilema na indicação de Jorge Oliveira para a

Justiça, foi escolhido sob a bênção do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli

16 Helio Lopes

deputado federal (PSL-RJ)

Aliado de primeira hora de Bolsonaro, foi o deputado mais votado no Rio de Janeiro, eleito na esteira da popularidade do hoje presidente. É presença constante no Palácio do Planalto. Apesar do acesso livre, pouco opina ou influencia em decisões estratégicas do Poder Executivo

17 Fernando Azevedo

ministro da Defesa

Com perfil conciliador, também é escalado para apagar os incêndios do governo, sobretudo quando eles ameaçam criar uma crise institucional. Tem boa interlocução tanto com o Legislativo como com o Judiciário e também tentou evitar a saída de Moro da Justiça

18 Rogério Marinho

ministro do Desenv. Regional

Nomeado com o desafio de melhorar a articulação política e aproximar o governo da bancada nordestina. Nas últimas semanas, aproximou-se do núcleo militar e ajudou a elaborar um plano de recuperação econômica, tornando-se desafeto de Paulo Guedes (Economia)

19 Eduardo Bolsonaro

deputado federal (PSL-SP)

Filho 03 do presidente, foi um dos maiores defensores da saída de Moro do governo e um dos que convenceram o presidente a não fazer um acordo com o ministro para que ele permanecesse na Justiça. Ajudou a elaborar o pronunciamento do presidente com críticas ao ex-juiz

20 Paulo Guedes

ministro da Economia

Um dos fiadores da eleição de Bolsonaro, foi quem sondou Moro para a Justiça; tentou até a última hora viabilizar um acordo. Nas últimas semanas, foi

escanteado em meio à discussão de um plano econômico elaborado pela cúpula militar. Com receio de perder o "posto Ipiranga", Bolsonaro congelou a medida

21 Marcos Pontes

ministro de Ciência e Tecnologia

O ex-astronauta assegurou sua permanência no cargo ao evitar embates e declarações polêmicas. Recentemente, porém, entrou em conflito com Bolsonaro sobre ferramenta que monitora o deslocamento de pessoas em meio à pandemia do coronavírus, o que levou siglas do centrão a reivindicarem seu cargo

22 Augusto Heleno

ministro do GSI

Chamado de tutor do presidente no início do mandato, com o tempo aproximou seu discurso ao do grupo ideológico. A mudança o afastou do tom moderado adotado pela ala militar e o fez perder espaço para Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos. Defendeu a permanência de Moro

23 Roberto Campos

presidente do Banco Central

Com perfil técnico, chegou ao cargo por recomendação do ministro Paulo

Guedes. No embate atual com o núcleo militar, posicionou-se ao lado do "posto Ipiranga", em favor do controle de despesas públicas em meio à pandemia do coronavírus

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/05/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Governo vai aumentar em R\$ 0,20 tributo sobre gasolina, afirma deputado

O governo vai anunciar aumento de R\$ 0,20 na Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) incidente sobre a gasolina, afirmou o deputado federal Arnaldo Jardim (SP), líder do Cidadania e integrante da Frente Parlamentar da Agropecuária. Em vídeo divulgado em uma rede social, Jardim afirma que a crise sanitária e econômica provocada pela pandemia do novo

coronavírus tem impactado fortemente o setor sucroenergético, especificamente o etanol.

Hoje, a alíquota atual da Cide sobre a gasolina é de R\$ 0,10 por litro. Usineiros afirmam que a queda do preço do petróleo, que barateou a gasolina, provocou perda de competitividade do etanol em relação àquele combustível. Nesta sexta-feira (1o.), o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, confirmou que o governo analisa medidas ligadas ao setor de etanol, mas ressaltou que ainda não havia tomado uma decisão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/05/2020

Seção: Artigos

Autor: Wilson Witzel

Título: Presidente, assuma sua irresponsabilidade

O coronavírus atinge o mundo inteiro, mas só por aqui isso virou política. Por que incendiar o Brasil num momento em que os brasileiros mais precisam de um líder que una o país?

Desde que tivemos conhecimento da primeira transmissão comunitária da Covid-19, no dia 13 de março, tomamos imediatamente as medidas restritivas no estado do Rio, que estão sendo tomadas em todo o mundo, cada país com suas peculiaridades e características. Todas as decisões foram baseadas em autoridades sanitárias, infectologistas e nosso secretário de Saúde, Edmar Santos. As ações de contenção do vírus, todos sabemos, são duras e têm consequências econômicas. Sempre soubemos disso. Mas a decisão sempre foi priorizar a vida das pessoas. Pessoas que perdem suas vidas não trabalham.

O coronavírus atinge o mundo inteiro. Mas só no Brasil isso virou política. O núcleo bolsonarista e seu gabinete de fake news insiste na estapafúrdia tese de conspiração política. Algo como “os governadores querem destruir a economia para enfraquecer o Bolsonaro”. Ora, se essa tese fosse transportada para todo o mundo, seria o caos mundial. Em todos os lugares do mundo, o isolamento social foi entendido como absolutamente necessário. Como uma ação de sobrevivência em meio a uma guerra. Uma guerra humanitária e de saúde como nunca vista antes.

Logo depois da iniciativa do estado do Rio, governadores de todo o Brasil seguiram a mesma linha. E decidiram por proteger seus cidadãos desse vírus letal. O mais letal da nossa geração.

Sabíamos que, com o comércio fechando as portas, com os empresários em dificuldade, com as pessoas que mais precisam em desespero, que o estado

teria que atender a todos. Mas é aí que a tese de bolsonaristas, defendida pelo presidente da República, nos deixa atônitos. O presidente, que trata o Covid-19 como uma “gripezinha” ou “resfriadinho”, manda-nos recados semanais de que a conta a ser paga pela decisão dos governadores pelo isolamento social é nossa. E esse é o absurdo dos absurdos. O papel do governo federal é imediatamente socorrer os estados. Não é um favor. É uma obrigação. Não é uma perseguição pessoal, como faz crer o presidente da República. Socorrer os estados é socorrer o povo. Essa narrativa pobre e pueril de que devemos pagar a conta não vai prosperar.

Olhemos para o mundo. Segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional), pela primeira vez desde a Grande Depressão de 1929 o mundo pode ter uma recessão grave e sincronizada. Em 27 de março, a diretora do FMI, Kristalina Georgieva, afirmava que países emergentes vão precisar de US\$ 2,5 trilhões para superar a crise do coronavírus. A Organização Mundial do Trabalho (OIT) prevê que a pandemia pode ceifar 24,7 milhões de empregos no mundo, mais do que a crise financeira de 2008. O G-20, grupo das 20 maiores economias do mundo, do qual o Brasil faz parte, anuncia que investirá US\$ 5 trilhões para manter a economia mundial de pé por conta da crise do coronavírus.

Os Estados Unidos anunciaram pacote de US\$ 2 trilhões. Destes, US\$ 500 bilhões diretamente a pessoas de baixa renda, US\$ 200 bilhões de créditos a companhias aéreas e US\$ 300 bilhões para pequenas e médias empresas; US\$ 150 bilhões serão destinados para hospitais comprarem novos equipamentos. O restante é de impacto fiscal diretamente. Quem ganha menos de US\$ 6,5 mil por mês, o que nos Estados Unidos é a classe média, vai receber pelo correio um cheque de US\$ 1,2 mil e mais US\$ 500 para cada criança da casa.

Quem for demitido vai poder usar o seguro-desemprego por quase dez meses, em vez de seis como é hoje, e o valor vai aumentar em US\$ 600 por semana. A Alemanha vai injetar 750 bilhões de euros; a Espanha, 200 bilhões de euros; a França, 45 bilhões de euros; o Japão, US\$ 4 bilhões só para ajudar os pequenos e médios empresários Pergunto: por que só o presidente da República do Brasil trata isso como pessoal? Com tanta raiva? Por que tenta incendiar o Brasil num momento em que os brasileiros mais precisam de um líder que una o país?

A estimativa de queda de R\$ 11,4 bilhões na arrecadação do ICMS e a previsão de perda de R\$ 4 bilhões em royalties e participações especiais por conta da queda do preço do barril do petróleo nos deixam obviamente precisando do socorro do governo federal. Mas repito: isso não é um favor. É uma obrigação.

O ministro Paulo Guedes me sinalizou, em nossa primeira reunião virtual, nos antecipar R\$ 7 bilhões na receita referente à privatização da Cedae, mas de lá para cá nada andou. O estado do Rio tem despesa de R\$ 80 bilhões para este

ano. O déficit previsto já era de R\$ 10 bilhões, no início do ano. Agora, deve chegar a R\$ 25 bilhões, considerando a perda com ICMS e com o petróleo.

Em 20 de março, o governo apresentou um pacote de 30 medidas que seriam essenciais para melhorar a situação do estado: vedação/limitação de despesas não essenciais, contingenciamento de R\$ 3,9 bilhões. Outras medidas (que foram apresentadas aos deputados das bancadas estadual, federal e ao Poder Judiciário) : renegociação com investidores internacionais das operações de antecipação de recursos dos royalties do petróleo feitas em gestões anteriores, o que deve gerar R\$ 2,7 bilhões de fôlego financeiro; nova antecipação de royalties no valor de R\$ 2,5 bilhões, a depender de aprovação da Alerj, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) e Ministério Público (MP-RJ); conversão em pagamento dos valores depositados na Petrobras referente a participações especiais dos campos de Lula e Cernambi, o que teria impacto em torno de R\$ 1 bilhão. Além disso, plano de alienação de imóveis pertencentes ao estado, no valor de R\$ 1 bilhão, além de uma reestruturação do quadro estatutário (via Programas de Desligamento Voluntário e incorporações) e extinção e fusão de entes da administração indireta (a ser discutido com a Alerj).

A situação dos estados é emergencial. Não é para amanhã. É para ontem.

Todas as ações que tomei até agora recebem absurdas críticas de politização. Mesmo eu seguindo à risca os especialistas em saúde. A política rasteira, nesse caso, vem do presidente Jair Bolsonaro, que, em vez de socorrer os estados de forma emergencial, prefere achar que tudo é perseguição, tudo é complô, tudo é pessoal. Não consegue ter conosco uma relação institucional. Quer jogar nas nossas costas a culpa de tudo.

Não vai ser assim, presidente. Assuma sua responsabilidade. Ou sua irresponsabilidade.

Wilson Witzel é governador do estado do Rio de Janeiro

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/05/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A palavra do 'rei'

Jair M. Bolsona... 0-09/03/2020

- NÃO existe possibilidade do Governo aumentar a CIDE para manter os preços dos combustíveis.

Menos de dois meses depois de ter dito nas redes que não aumentaria a Cide (um imposto sobre a gasolina), era dado ontem como certo que o presidente mudou de ideia.

Deve atender à turma do etanol, que, para competir nas bombas, precisa que a gasolina suba de preço. A tese inicial do governo, de que o preço da gasolina tem de seguir o mercado externo, só serve para prejudicar motorista.

MME / ASCOM .